

Pensar África com Maria Paula Meneses: “Estado de emergência é um episódio determinado, que não se pode transformar em situação permanente”

[L literatasmz.org/post-detail/5398](https://literatasmz.org/post-detail/5398)

Letras , Por Jessemusse Cacinda - May 14,2020



Maria Paula Meneses é investigadora coordenadora do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra

Por ocasião da celebração do dia de África, a 25 de Maio, a revista “**Literatas**” criou em parceria com a **Ethale Publishing**, a **Vice-Versa**, a **AMEA – Associação Moçambicana de Estudos Aplicados** e **BROKEN, Creative Agency**, uma série de entrevistas com o título genérico: “**Pensar África**”. As entrevistas conduzidas e compiladas pelo jornalista e editor, Jessemusse Cacinda, exploram o pensamento original de figuras de reconhecido mérito intelectual sobre os desafios que se colocam ao continente num contexto em que o mundo é afectado pelo Covid-19.

A historiadora e antropóloga Maria Paula Meneses considera que os artistas estão na linha da frente na representação de “histórias não contadas” de pessoas cujas vozes e experiências estão muitas vezes

excluídas de um debate mais amplo sobre o passado.

Segundo Maria Paula Meneses, estamos numa situação de Estado de emergência, o que exige que nos auto-avaliemos e pensemos quanto das nossas experiências políticas estão a ser desperdiçadas ao insistir em modelos de governação que deixam pouco ou nenhum espaço para outras instituições políticas.

A investigadora acredita que o COVID nos obriga a pensar a descolonização como um espaço político reflexivo, uma zona de contactos entre experiências, permitindo reconhecer as contribuições africanas como conhecimento e não apenas como uma nota de rodapé e de agradecimento na recolha de dados.

Maria Paula Meneses é investigadora coordenadora do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Moçambicana, terminou o ensino secundário em Maputo, o mestrado em História pela Universidade de S. Petersburgo (Rússia) e o doutoramento em Antropologia pela Universidade de Rutgers (EUA).

A 25 de Maio de cada ano celebra-se o chamado de África em alusão a criação em 1963 da OUA, hoje UA. A organização que antes trabalhava para a promoção da liberdade dos povos, hoje trabalha para a promoção da integração dos países membros. Considera a luta pela liberdade dos povos africanos, uma causa vencida ou perdida?

A OUA, cuja fundação celebramos a 25 de maio, teve na sua origem objetivos importantes que não foram totalmente alcançados. O grande desafio foi, sem dúvida, a emancipação política do continente, que se consagrou com a realização de eleições livres e justas na África do Sul, para além da fratura racial. Um homem um voto (hoje será, sem dúvida, um ser humano, um voto) é visto como um direito que 'garante todos os outros direitos'. Mas se sem igualdade não há 'auto-governo', esta noção de igualdade e de governação exige que nos auto-avaliemos e pensemos quanto das nossas experiências políticas está a ser desperdiçado porque insistimos num modelo de

governança liberal democrático, que deixa pouco ou nenhum espaço para outras instituições políticas. Há, de fato, uma marcha única para a democracia? Ou há que combinar experiências, procurando co-construir modelos de governação que respondam, também, às nossas raízes políticas? A nossa diversidade socio-legal, expressa, por exemplo, na pluralidade jurídica, traduz-se numa copresença de saberes e estruturas de resolução de conflitos, onde múltiplas autoridades sustentam a ordem social a partir de uma legalidade híbrida, integrando elementos oriundos de vários sistemas de justiça locais, do direito nacional e do direito supranacional. Este reconhecimento exige de nós uma reflexão mais profunda sobre o que deve ser a nossa constituição, a nossa visão para o país. E esta imaginação é demasiadamente valiosa para ser entregue a um grupo de juristas ou políticos, apenas. Deverá ser um exercício amplo de cidadania, um exercício em que nos questionemos donde viemos e para onde gostaríamos de ir. Um processo amplo educativo sobre a cidadania. É utópico, mas é um imaginário que merece ser desenvolvido por todas e todos nós, como se procurou fazer no Quênia embora sem muito sucesso, já que o draft dessa constituição elaborada com consulta popular não foi referendada pelo povo. Esta curta introdução serve para explicar que eu vejo a luta como um processo, que se vai modificando à medida que se alcançam certos objetivos e se colocam novos desafios. As sociedades são activas e os desafios mudam com o tempo, embora seja importante, sempre, não esquecer as propostas iniciais da OUA, onde se destaca a independência e a descolonização no/do continente. Esta tarefa não foi, de forma alguma, alcançada, creio eu. A questão do Sahara ocidental continua por decidir (o seu direito à autodeterminação), tal como continuam por alcançar vários dos objetivos de emancipação e descolonização política do continente. Nkrumah identificou claramente que as independências políticas não deviam ser equacionadas com a independência total e completa dos países, introduzindo uma importante reflexão sobre o neocolonialismo. Por outro lado, Senghor e Cesaire trouxeram a questão sobre a descolonização, sobre os projetos políticos utópicos que se poderiam

sucedem à situação colonial. A sua proposta visionária propunha um modelo radical, distinto, para além da proposta do 'moderno estado-nação' para se alcançar justiça e igualdade para os povos de África e das Caraíbas. São projetos que uma leitura talvez teleologicamente assertiva nos fez esquecer, como se não tivessem já valor. Pelo contrário. A história não se repete, mas dá-nos lições que importa escutar para não silenciar protestos, mal-estares e enriquecer o nosso património cultural. Nesse sentido, creio que a OUA não realizou todas as suas promessas, deixando várias delas como testemunho de cuidado a ter para com os povos do continente. Cabe-nos a nós resgatar esse património, refazer a história e reivindicar outras formas de fazer e estar-se na política. Os nossos países, que grosso modo começaram a caminhar para a independência há cerca de 6-7 décadas (o que explica a OUA como momento importante de união pela libertação do continente), não podem almejar ter conseguido a consagração da 'unidade' interna num espaço de tempo tão curto. A nossa perceção sobre nós mudou; passaram várias gerações pelo poder, todas elas com objetivos, e nem sempre os cumpriram. E sobretudo somos, como desde há muito, um continente jovem, com uma intensa força de ideias, que não podemos desperdiçar. Ao destes anos lutou-se, perdeu-se e ganhou-se, mas sobretudo aprendemos muito. Aprendemos a conhecer-nos, a respeitar-nos mais. Agora creio que estamos a perder na passagem do testemunho da experiência, da conceção do direito à auto-determinação como um processo de afirmação democrática intercultural, de superação do projeto de exclusões. Não devemos deixar que as nossas cidades e vilas sejam um espelho de nomes de políticos africanos e do mundo sobre os quais as nossas crianças pouco sabem. E aqui a história ajuda, seja a mostrar erros que importa não repetir, seja a indicar propostas, experiências bem-sucedidas noutros países, dos quais poderemos aprender, seja a nível do continente, seja fora. Um dos méritos da OUA foi esse – ter garantido a unidade do continente e, com pequenos passos, a emancipação política do continente. De facto, as experiências africanas podem contribuir para imaginar sociedades melhores, mais diversas nas experiências interculturais, mais

democráticas, mais equitativas, mais justas e menos propensas a injustiças políticas e cognitivas. É um legado a que nós, e as gerações que nos seguem, devemos dar continuidade.

O 25 de Maio de 2020 conside com o Covid-19, uma pandemia que está dar direiro a reflexões de vária ordem. Como acha que o continente vai/ou deve fazer frente a pandemia que como vimos, está igualmente a afectar os hábitos das pessoas?

Qualquer epidemia altera profundamente a vida das pessoas que vivem nos territórios onde uma doença se desenvolve de repente e se propaga a grande velocidade. Em relação ao COVID-19, no nosso caso, é uma outra epidemia que se vem juntar à cólera, HIV-SIDA, e outras. Talvez isto nos tenha vindo a ajudar, na diversidade de situações que o continente conhece, no lidar com a imprevisibilidade que são os vírus. Os hábitos são as formas de viver que desenvolvemos em função dos contextos em que vivemos. E viemos, no plural, porque somos parte de um todo que é a Terra. E que se desrespeitamos o sistema de vida do nosso planeta, pomos em causa a nossa própria existência. Esta é a real chamada de atenção dos princípios filosóficos do ubuntu, a meu ver. Sou porque somos, o que incorpora uma dimensão de responsabilidade enorme. E talvez no nosso desejo de dar continuidade à proposta do 'estado-nação', um projeto com raízes no passado colonial, que nos levou, no continente, a descurarmos, a nível de políticas de estado, esta proposta mais próxima de provocar menos danos na natureza. As reflexões de vários intelectuais africanos mostram como o sentido individual do ser humano, e a dicotomia sociedade – natureza são princípios filosóficos que surgem na região austral do continente africano associados à penetração colonial-capitalista. A proposta do ubuntu avança com a demanda de uma formação intersubjetiva criativa, onde a alteridade se torna um espelho (mas apenas um espelho) da subjetividade de cada um/a, numa relação íntima entre o social, o natural e o espiritual. Ou seja, uma pessoa existe através dos outros, através do reconhecimento de 'si', parte de um meio social e natural mais amplo, na sua singularidade e diferença. Enquanto a filosofia ubuntu afirma a

relação íntima e tendencialmente coletiva entre a humanidade e a natureza, a ideologia política colonial assentou na defesa do argumento de que para as sociedades colonizadas se modernizarem e ‘civilizarem’ era fundamental a ruptura da interligação entre a humanidade e a natureza. Fruto desta ruptura emergiu o ser civilizado – o cidadão, pronto a dominar a natureza, e a explorá-la ao limite, como estamos a ver em Moçambique, com os mega-projetos. Mudámos os hábitos, tornámo-nos ‘mais citadinos e civilizados’ e talvez tenhamos esquecido parte desta nossa humanidade, num sentido mais amplo, que importa agora resgatar e trazer de novo, aos nossos hábitos, à nossa maneira de ser. A Terra não é um supermercado onde podemos ir buscar ‘matérias primas’ sem fim. Há colapsos, e este pequeno vírus mostra-nos os limites desta interação descontrolada. Pensar a nossa interdependência como o pensamento central de uma ação política, onde o todo é maior do que a soma das partes, é algo para pensarmos para a frente. E nisso não seremos pioneiros. Por exemplo, na Nova Zelândia, fruto de uma luta longa do povo indígena Maori, em 2013, foi alcançada uma decisão histórica: o parque nacional de Te Urewera recebeu ‘todos os direitos, poderes, deveres e responsabilidades de uma pessoa jurídica’; em 2017, o rio Whanganui – rio sagrado para os Maori - também foi reconhecido como entidade viva, que deve ser protegida de modo a garantir a continuidade da sua existência plena. Há mudanças a acontecer, não devemos perder a esperança.

“Ficar em casa” é a palavra de ordem. Olhando para a realidade dos países africanos, acha ser possível ou não passa de uma utopia?

Ficar em casa exige que pensemos o que é estar em casa. Estar em casa na cidade não é o mesmo que estar no ‘campo’. Nós ainda somos bastante rurais, e tenho ouvido pouco sobre como é que a vida está a correr nas aldeias do nosso país.

Em relação aos contextos urbanos, não me parece ser, de facto, uma solução 'ficar em casa'. Estas decisões 'tamanho único' são problemáticas, por serem programadas pensando-se num determinado contexto; sinto-o como a exportação da possibilidade de 'limitar' a circulação a quem pode, temporariamente, não circular. E este é um problema global, não é só africano. Como 'obrigar' pessoas a ficar em casa, quando não há espaço para estar em casa? E quando a sobrevivência depende de um setor informal imediato, como fazer para não sair?

A epidemia da Covid-19 mostrou, tragicamente, que é impossível saber com antecedência que tipo de conhecimento deve ser caracterizado como académico, o que é conhecimento não acadêmico ou instrumental. Se os formuladores de políticas, por exemplo, prestassem mais atenção ao trabalho académico realizado por cientistas sociais sobre o impacto das formas cotidianas de governança em comunidades vulneráveis, poderíamos ter evitado a tentação de supor que, se um modelo funcionar em um só lugar, funcionam igualmente bem em todos os outros.

Modelar a evolução da doença, como já foi criticamente avaliado por médicos moçambicanos, e as soluções propostas a partir deste modelo, estão assentes num conjunto de dados que levam em consideração principalmente o padrão médio de vida de parte da população dos países do Norte. Adotar este modelo de 'confinamento' significou para muitos países africanos um bloqueio brutal às condições de vida das suas populações. Estas medidas de contenção atenderam ao acordo das classes médias, protegidas da 'superlotação' do espaço público, potenciador do contágio; um segmento destas classes tem a possibilidade de trabalhar a partir de casa; mas estas medidas de confinamento são punitivas para aqueles que dependem, para a sua sobrevivência, de atividades informais. E mais. Em vários dos nossos países a violação das medidas de confinamento levou a uma intervenção dura das forças de defesa e segurança. Não deveria ter tal acontecido. As pessoas estão preocupadas, com medo, e importa, como as experiências de

epidemias anteriores mostram, a importância do diálogo, incluindo um espectro vasto de agentes de saúde, cuja função é apoiar o esclarecimento sobre o COVID-19 e o seu impacto. Mas temos de falar, de escutar, de apoiar. O medo está em todos nós e falando vamos solidariamente apoiando a esclarecer dúvidas e ultrapassar mal-entendidos.

“Ficar em casa”, “Estado de emergência” “Lockdown” serão conceitos que vem retardar o debate da abertura de fronteiras e mercados ou integração regional/continental que já estava a correr?

Eu creio que há que pensar do micro ao macro. E ainda estamos muito em cima do estado de emergência para fazer prognósticos sobre o futuro. E um estado de emergência é isso mesmo – um episódio determinado, que não se pode transformar em situação permanente. Mas há questões a pensar, por exemplo a nossa extrema dependência de medicamentos e equipamento hospitalar de países asiáticos. Qual o papel da SADC? Não será de se repensar as relações regionais (ajudando a diminuir a pegada ecológica dos transportes)?

Eu tenho receio que este enfoque na o COVID-19 ponha em causa o avanço de pesquisas noutras áreas para nós tão importantes como a luta para lograr controlar esta pandemia. A malária continua a ceifar muitas vidas no continente, tal como a tuberculose, e muitas outras doenças para as quais importa ter serviços de saúde e capacidade para realizar os tratamentos. A cooperação regional e internacional para identificar tratamentos e vacinas para esta pandemia é exemplo dessas alianças. Por exemplo, várias equipas de cientistas da África do Sul, Nigéria, Gana, etc. participam ativamente da construção do genoma do SARS-COV-2. Este passo é fundamental para se avançar para a vacina. E falamos tão pouco desta contribuição...

Como imagina África depois do Covid-19?

O COVID-19 parece tratar-se de uma infecção zoonótica, transmitida aos seres humanos por animais selvagens, presumivelmente coabitando em contextos de proximidade.

As florestas tropicais têm sido apontadas por muitos investigadores como centros de propagação de vírus. De difícil acesso ao longo de séculos, nas últimas décadas, a construção de novas vias de comunicação, e a expansão de espaços urbanos trouxeram novos desafios. Se os contactos significam potencialmente melhor acesso à educação, à saúde, a trocas comerciais e culturais, da perspetiva de um vírus, as estradas, combinadas com o aumento da intensidade dos contactos aéreos, criaram novas oportunidades de encontros com vírus, transformando a humanidade numa longa cadeia de hospedeiros facilmente infetados, seja no contexto latino-americano, africano ou asiático. Este padrão de transmissão de doenças, iniciado há mais de dez mil anos com o surgimento de comunidades agrícolas e de pastores, mostra que um apressar da velocidade de transmissão de novos vírus. Em suma, uma das grandes lições que a COVID-19 relava é que vivemos num tempo de epidemias. E a lição central é a da importância de não se perder a experiência ganha no lidar com estes eventos.

Preocupa-me a perda da chamada 'memória do desastre', que apaga as lições e alertas que estes desastres suscitam desapareçam da memória pública, coletiva. E assim não só se perde a experiência no lidar com eventos, como se desinveste nas prioridades para lidar com mega-eventos após algum tempo, como aconteceu com a gripe espanhola, no início do séc. XX, ou mais recentemente ainda, com o HIV-SIDA....

Escreve e analisa questões africanas num contexto em que a nossa educação sob ponto de vista bibliográfico é essencialmente ocidental, como olha para a integração de autores africanos no currículo escolar e como acha que a sociedade no seu geral, utiliza o que vocês escrevem para promover debates esclarecidos e ajustados a nossa realidade?

Eu tenho o privilégio de ter tido professores em Moçambique, que nos alertavam para a importância de conhecer Moçambique. E conhecer de forma consciente, argumentando os saberes locais e globais em perspectiva. Creio que o COVID nos obriga a pensar a descolonização como um espaço político reflexivo, como uma zona de contactos entre experiências, permitindo reconhecer as contribuições africanas como conhecimento e não apenas como uma nota de rodapé, de agradecimento na recolha de dados. Será como que uma segunda onda da nossa independência política, e o nosso envolvimento nesta causa terá impacto, sem dúvida, na criatividade política e na nossa capacidade de participar criticamente no controle de nosso destino comum. E como vários colegas têm vindo a referir, o pan-africanismo também precisa de uma nova vida, que nos impele a reconciliar-nos com sua inspiração original após décadas de deficiências.... É importante reorientar o nosso trabalho de pesquisa para envolver gerações mais jovens, formando mais académicos que poderão contribuir para a busca de mais conhecimento para resolver os impactos do COVID-19 (e das anteriores epidemias) no campo da saúde, da educação, do funcionamento do Estado (a governança pública), da luta pela equidade de género. Se não escrevermos e dialogarmos com os 'nossos sujeitos', então significa que o trabalho só me é útil a mim. Não se trata apenas de escrever. Trata-se também de formar académicos mais jovens, de ir ampliando a rede de pesquisadores no país. Só assim será possível ultrapassar de forma consciente e criteriosa os modelos que criticamos, mas que continuamos a usar; por outro lado, vamos aprendendo a assumir responsabilidade sobre as decisões tomadas.

A nossa revista é de cultura e pensamento, por isso, achamos justo perguntar-lhe qual acha que deve ser o papel da arte e da cultura no geral na construção do sonho de uma África ideal?

A cultura é o que nos une, o que nos identifica num mundo amplo; é como que a palavra de apresentação, de entrada no que não conhecemos totalmente, a partir de elementos de proximidade. Se somos humanos, e circulamos no mundo há tantos séculos, as

partilhas culturais unem-nos muito. Talvez haja demasiada 'privatização' cultural, não sei. Mas destes encontros resultam diálogos frutuozos que, por exemplo, as pessoas do teatro, da música, da oratura e da literatura ajudam a dar corpo a imaginários de futuro, sem estarem presos nas ratoeiras dos textos académicos. Esta liberdade assenta em experiência sentidas, ou, como canta o Will.i.am através de pistas, de "fellings". Nós, os académicos, temos de elencar os factos, construir hipóteses, justificar as conclusões. Estas nem sempre estão de acordo (e cada vez menos estarão) com uma certa macro-narrativa que insiste em representar o continente Africano como o 'ainda não': sem académicos; sem recursos médicos; sem tecnologia; sem ventiladores. Afinal a pandemia apanhou-nos a todos num vazio. A capacidade de resposta é que tem sido distinta. A utopia guia-nos em direção a projetos de libertação do continente, uma libertação que nos integra, como iguais, no mundo. Os artistas estão na linha da frente. Os festivais de arte, de cinema, de música são disso exemplo: desafiam-nos com utopias, com imaginários vívidos que tanto nos atraem. Devemos seguir-lhes o exemplo, dialogando com eles. Entre as narrativas expressas nestes trabalhos há denúncias de injustiça social, de ofensas à dignidade humana, assim como apelos à resistências e à luta, à participação sem desistir, naquilo que nos torna humanos. Os artistas cantam, dançam e representam 'histórias não contadas' de pessoas cujas vozes e experiências estão muitas vezes excluídas de um debate mais amplo sobre o passado. Por exemplo, Okot p'Bitek ensinou-nos a explorar em detalhes como a tradição oral molda as formações sociais e os entendimentos dos agentes morais sobre o seu lugar na sociedade. O seu trabalho sobre a história oral como ação social fornece pistas importantes que eu uso na interpretação dos processos microsociais quotidianos, por exemplo.

Uma frase para os africanos de hoje e de amanhã...

Quanto tempo falta para amanhã? O amanhã em que teremos uma relação mais cordial uns com os outros e com a terra a que pertencemos?

